

Habitação em Salvador, o que o IAB/BA propõe

o fato político que a iniciativa popular criará, articulada com uma pressão sobre os constituintes.

Neste particular, é fundamental que o movimento seja capaz de atuar - muito mais do que vem fazendo - junto aos parlamentares, sensibilizando-os para a importância da reforma urbana, que garantiria melhores condições de vida para mais de 100 milhões de pessoas.

Surpreendentemente, a reforma urbana ainda não é uma questão nacional, como a reforma agrária, a dívida externa, a defesa da tecnologia ou a garantia dos direitos dos trabalhadores. Apenas isto explica a falta de empenho na defesa da reforma urbana que se nota, mesmo entre os parlamentares progressistas. O papel dos arquitetos - grandes interessados na reforma urbana na medida em que ela significa a possibilidade de colocar o seu exercício profissional a serviço dos que hoje são aliados dos serviços urbanos básicos

- é atuar em todas as frentes para mostrar a relevância da questão urbana, atraindo novos aliados.

A luta pela reforma urbana não se encerra na Constituinte. Estará presente na formulação das constituições estaduais, nas leis orgânicas dos municípios e na legislação ordinária federal relativa ao desenvolvimento urbano e política habitacional. Constitui um campo de conflito social que tenderá a se agravar no futuro, com a consolidação do processo irreversível de urbanização da sociedade brasileira.

Assim, a manutenção e ampliação da grande articulação de movimentos e entidades populares ligadas à questão urbana, nascida no processo da Constituinte, é peça essencial para enfrentar com força o grande embate que estará presente nas cidades brasileiras nos próximos anos.

Nabil G. Bonduki, arquiteto, é presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo.

Elaborar perfil das necessidades habitacionais caracterizando o déficit por faixa de renda, promover programa habitacional abrangente e deflagrar amplo programa de recuperação de áreas de ocupação espontânea são algumas das propostas contidas em documento que o presidente do IAB/BA, Luiz Antônio de Souza, enviou no mês passado ao prefeito de Salvador na expectativa de ajudar na solução do problema habitacional dessa capital. O documento resume as propostas que os arquitetos vêm discutindo há algum tempo com diversos segmentos da sociedade, a exemplo do último debate com representantes da prefeitura local, em julho.

Segundo o arquiteto Luiz Antônio de Souza, "o IAB sempre esteve atuante na questão habitacional, inclusive quando da criação do BNH, embora reconhecemos que a indevida utilização dos recursos resultou também na grave situação de habitação por que passa a população pobre das cidades".

Na sua opinião, "não basta apenas dispor dos recursos financeiros, é inevitável fazermos a reforma urbana conforme a emenda popular subscrita pelo IAB e outras entidades para a Constituinte. Aí está contido um novo ordenamento jurídico que assegurará ao cidadão o direito urbano, questão até então inexistente. A reforma urbana, como propomos, além de estabelecer conceito inovador de vida urbana, apresenta garantias para o cidadão ter acesso à habitação e serviços urbanos e avança ao definir os mecanismos para a execução da nova organização dos espaços habitados".

Dentro desse referencial, o presidente do IAB/BA explica que "o documento apresentado à prefeitura propõe medidas para uma ação municipal duradoura e que tenha amplitude para mais de um período administrativo". São apresentadas proposições para a questão das terras e específicas para habitação popular. Para as terras públicas, as propostas prevêem a instrumentalização do poder público na recuperação do seu patrimônio imobiliário e formação de estoque de terras necessárias para os programas habitacionais e desenvolvimento urbano. É impos-



**VIDROS
CIPAVI**

- Vidros temperados e laminados
- Cristais importados
- Vidros planos nacionais

cipavi

CIPAVI - Comércio e Industrias Paulista de Vidros
Av. dos Jamaris, 398, tel. (011) 531-3900, 04078, São Paulo

SIM 0339



ETERGRAN/MARCOPISO

Os mais belos pisos em que você pisa:

Do Shopping Center Ibirapuera, do Shopping Center Morumbi, do Carrefour, do Aeroporto de Belo Horizonte, de Cumbica, das Lojas C&A, Mesbla e de milhares de espaços que levam você a todas as paisagens de sua vida. Somos os pisos ETERGRAN/MARCOPISO.

O maior complexo produtor de pisos do Brasil.

Por isso, se você vai construir sua loja, seu supermercado, seu shopping, sua empresa, seu prédio, sua rua, sua cidade, saiba onde vai pisar. Chame a gente.

Pisos monolíticos de alta resistência • pisos de concreto • pisos em placas vibro-prensadas: 40 x 40 - 33 x 33 - 25 x 25 • ladrilhos hidráulicos para calçadas • mármore.

PISOS
ETERGRAN/MARCOPISO

O maior complexo produtor de pisos do Brasil.

São Paulo: Rua Joaquim Távora, 168 - Vila Mariana
Fone (011) 549.1400 - Telex (11) 33.920
Rio: Rua Benjamin Silva, 300 - Fone (021) 371.5122

SIM 0306

ível - afirma Luiz Antônio - atuar em habitação popular sem ter em mãos as terras públicas. O alto custo da terra particular inviabiliza a construção de conjuntos populares para as famílias pobres. O solo urbano deve ser um bem de uso e não um bem para especulação abusiva, como hoje.

Déficit habitacional

Referente à habitação, explicou, "temos que dispor de informações básicas sobre o déficit habitacional para elaborar os programas para as diversas faixas da população". Nesse particular, o documento recomenda o levantamento da situação das famílias e a quantificação dos recursos financeiros, permitindo a definição de metas para atendimento imediato e a implantação do programa plurianual. Outro aspecto abordado pelo IAB é uma ação urgente nas áreas de risco e no enfrentamento do fenômeno das recentes "invasões", prevendo-se o assentamento das famílias em áreas estáveis e dotadas de condições urbanas.

Para as áreas de ocupação desordenada e já consolidadas, os arquitetos entendem que deve ser elaborada uma programação dentro das diretrizes do planejamento urbano. "Não estamos inventando nada de novo", diz Luiz Antônio, "no entanto, não entendemos por que o muni-

cípio não possui suas metas para habitação como um todo, inclusive para exigir os recursos financeiros dos órgãos de financiamento. Desejamos", continuou, "reunir esforços em torno de uma política conseqüente e internalizada pelas forças atuantes na cidade e assim pressionar, com mais intensidade, os governos estadual e federal, na obtenção desses recursos."

Rebatendo críticas dos que dizem que debater a cidade significa paralisar a ação governamental, Luiz Antônio responde: "Este documento foi possível em razão das discussões que sempre travamos, inclusive com a prefeitura. Cabe à entidade contribuir, dessa forma, para alcançarmos objetivos para o bem coletivo. Esta tem sido a postura do IAB nesses trinta anos".

As propostas

Quanto à política de terras:

- acelerar a recuperação do cadastro de terras públicas;
- sustar a alienação de remanescentes do patrimônio territorial;
- proteger e reintegrar os terrenos de propriedade e domínio público dos atos de apropriação indébita; essas ações devem ser rápidas e conseqüentes, conferindo-lhes usos devidos;

- estabelecer metas para elaboração de estoque de terras, necessário ao desenvolvimento urbano.

Quanto à política habitacional:

- elaborar perfil das necessidades habitacionais caracterizando o déficit por faixa de renda;
- promover programa habitacional abrangente ao município, atendendo ao perfil da demanda através de programas específicos;
- programar a ação plurianual para atender à pressão por habitações populares;
- desenvolver planos e apresentar projetos localizados para atendimento emergencial (dentro do planejamento global do setor);
- integrar as soluções habitacionais aos demais serviços e infra-estrutura: de energia elétrica, saneamento, transportes, abastecimento, educação, saúde e lazer;
- deflagrar um amplo programa de recuperação de áreas de ocupação espontânea, com tratamento urbanístico e equipamentos comunitários, caracterizados por assentamentos de populações pobres, adotando critérios de planejamento e de participação comunitária;
- promover concurso público de idéias para modelos de habitação evolutiva e ocupação com encostas;

- estruturar um setor da administração para prestar assistência técnica para melhoria da moradia popular;

- cadastrar e divulgar as áreas de risco para habitação, definindo programa de remoção, para áreas infra-estruturadas;

- resgatar a autonomia municipal no setor, direcionando as ações de órgãos estaduais como Urbis, Hamesa, Coelba, Embasa, Ebal, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Conder etc.;

- acelerar a realização dos planos específicos das APSEs definidas na lei 3 592/85;

- estabelecer cronograma plurianual para elaboração dos planos urbanísticos das UEPs, rediscutindo as prioridades apontadas no PDDU.

FULGET. UMA BOA RAZÃO PARA SE FABRICAR ÓTIMOS PRODUTOS.

SIM 0348



Qualidade, resistência, beleza e durabilidade, somados aos 23 anos de experiência

Grani-Torre, são razões de sobra para você exigir os produtos **Fulget**. Para a **Fulget**, que tem um know-how já consagrado, fabricar o que há de melhor em matéria de pisos e revestimentos, é uma questão de puro profissionalismo. É zelar por um nome e por uma empresa.

Fulget. Esta é a nossa razão.

Fulget

GRUPO GRANI-TORRE

FULGET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.

Rua José Campanella, 4-(Alt. km 226, rod. Pres. Dutra)
CEP 07190 - Guarulhos - SP - Tel.: (011) 209-9533